

FEMINICÍDIO POLÍTICO

Jackeline Romio, doutora em demografia – Unicamp; pós doutoranda em psicologia social – USP. Jackeline.romio@gmail.com

INTRODUÇÃO

É possível dizer que existem outras formas de compreender a violência contra as mulheres e o monopólio masculino da violência, que não somente o resultado das relações interpessoais conflituosas entre homens e mulheres, ou uma questão de ordem privada. Por exemplo, para a América Latina e o Caribe, poderíamos assinalar as violências promovidas pelo poder paralelo ou paramilitar como formas marcantes desde os anos 1960, através dos regimes de ditadura militar e narcotráfico, além dos conflitos por terra que percorrem toda a história pós-colonial, industrial e de urbanização da América Latina. Todo este processo gerou muitas mortes diretas e indiretas de homens, mas também perseguiu e matou mulheres e pautou políticas de controle do corpo e sexualidade feminina. (Romio, 2017)

INTRODUÇÃO II

Portanto as teses principais sobre violência, guerra e morte foram elaboradas principalmente para responder aos problemas do Norte, e representam a epistemologia vigente e dominante que tendem a ser, não absolutamente, androcêntricas e etnocêntricas nas observações. Ou seja, observações resultantes das relações de homens com homens representando a institucionalização da consciência dominante do conhecimento. Essas narrativas, embora evoquem o universal e se pretendem neutras, são parciais. Como consequência, há a supressão do conhecimento dos grupos subalternizados, a naturalização de opressões e a reprodução do sistema opressão colonial, patriarcal, racista. (Romio, 2017)

Feminicídio político

Desde o final da década de 1990 nota-se um movimento crescente de ativistas e intelectuais feministas latino-americanas e caribenhas em estabelecer parâmetros locais para a análise das mortes específicas de mulheres sob o conceito de feminicídios/femicídios, especialmente grupos feministas de Honduras, Guatemala e Perú. Existe um esforço em relacionar o fenômeno às ausências dos Estados na prevenção, punição e erradicação das mortes e também a busca por evidenciar a relação destas mortes aos contextos políticos nacionais, fronteiras, guerras insurgentes (Colômbia), ditaduras militares, desaparecimento de mulheres em contextos políticos de golpe (Honduras), conflitos por terra e perseguição a lideranças dos movimentos feministas, indígenas e negros (Brasil), avanço do neoliberalismo, genocídio, fundamentalismos religiosos, políticas sexuais restritivas ou de controle do corpo feminino e saúde sexual reprodutiva das mulheres. É possível situar o Brasil no quadro transnacional do fenômeno dos feminicídios. (Romio, 2017)

Estados e outras instituições de poder

Afinal, seria a mulher livre das mortes relacionadas às brigas por disputas de território e política, tiroteios, crime organizado, execuções por policiais, e outros homicídios não relacionados ao âmbito conjugal, doméstico ou familiar?

Mortes de mulheres na ditadura

Um exemplo pode ser obtido ao averiguar no livro “LUTA, SUBSTANTIVO FEMININO: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura”. Contamos neste livro o registro de 45 mortes de mulheres pela ditadura brasileira, de 1964 a 1984, a maior parte por armas de fogo (MERLINO, 2010). Estas mortes foram narradas como execuções por policiais, resultado de perseguição a lideranças políticas.

Se observamos o quadro atual de morte de lideranças políticas mulheres por execuções policiais, mas também em outros confrontos de lutas armadas, guerrilhas e disputa por território, o que tem resultado elevados casos de óbitos de indígenas, campesinas e quilombolas, não só pelas mãos de policiais, como também pelas mãos de pistoleiros e matadores de aluguel no Brasil contemporâneo.

Mortes femininas por intervenção legal

No período estudado de 2000 a 2017, 17 anos, o Brasil registrou em suas declarações de óbito 101 mortes femininas por intervenção legal, segundo DATASUS/MS, que podem ser entendidas dentro do quadro mais amplos da multiplicidade de violências que afetam a vida da mulher, incluindo a violência política, já que estas mulheres de alguma forma se opuseram ao poder de estado.

Óbitos por Causas Externas - Brasil

Óbitos p/Residênc por Cor/raça e Ano do Óbito

Categoria CID10: Y35 Intervencao legal

Sexo: Fem

Período:2000-2017

Cor/raça	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Branca	1	1	2	0	1	4	3	1	2	2	4	5	0	2	0	4	2	34
Preta	0	0	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	2	2	1	0	11
Amarela	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Parda	0	0	1	0	1	2	3	2	3	7	2	3	5	0	3	5	6	43
Ignorado	0	0	0	0	1	0	0	3	0	2	3	2	1	0	0	0	0	12
Total	1	1	4	1	3	8	6	6	5	12	10	10	7	4	5	10	8	101

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Violência política e sexual contra mulheres

A diferença de sexo para a morte por conflitos armados e execuções por policiais diz mais respeito ao acréscimo da violência sexual como prática de tortura, a invasão ao domicílio e a exposição do corpo em via pública, também narradas no livro de memórias sobre a ditadura e que pode ter como exemplo na atualidade a morte da liderança indígena da etnia guarani Marinalva Manoel, 27 anos, assassinada em 2015, no contexto das lutas por titulação de terras indígenas no município de Dourados – MS, jornais da época narraram que ela foi estuprada, esfaqueada e abandonada na estrada BR-163 e que o crime tinha motivações políticas, ou o assassinato de Luana Barbosa dos Reis, jovem lésbica negra da periferia da grande São Paulo, morta por espancamento por policiais após recusa a ser revistada por policiais homens, em 2016. (Romio, 2017)

4 casos de violência institucional contra mulheres negras

- ✂ Assassinato de **Claudia Silva Ferreira** por PMs, em março de 2014;
- ✂ Prisão indevida de **Miriam França**, em janeiro 2015;
- ✂ Tortura de **Verônica Bolina** pela polícia penitenciária, em abril de 2015;
- ✂ Assassinato de **Luana Barbosa** dos reis por PM, em maio de 2016.

EPISTEMICÍDIO e FEMINICÍDIOS

Eliminação do discurso e saberes produzidos por um grupo oprimido (Sueli Carneiro)

Eliminação do corpo físico, da existência política da mulher.

ANTÍGONAS NEGRAS

- ❑ 14 de março de 2018, Marielle Franco foi assassinada a tiros junto ao motorista Anderson, quando voltava de uma atividade política. RJ
- ❑ Discursos que enunciava defendia a paz para a favela e o fim da corrupção policial.
- ❑ Ameças de morte anteriores a morte.



JOANAS DARCS LATINOAMERICANAS

- O dia 3 de março de 2016 ficará marcado para sempre na história como um dia fatídico para os direitos humanos em Honduras – e no mundo. Neste dia, a líder indígena lenca e cofundadora do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), Berta Cáceres, foi assassinada a tiros em sua casa, em La Esperanza.
- O assassinato de Berta marcou um ponto de virada para o que já era uma situação escandalosa. Mas seu fim trágico foi uma tragédia anunciada: meses antes de ser assassinada, ela havia informado sobre diversas ameaças graves relacionadas a sua oposição aberta à construção da barragem de Agua Zarca na comunidade de Río Blanco, no noroeste de Honduras.



Interpretação: Femicídio Político

“O homicídio de um defensor de direitos humanos é uma tentativa de gerar medo e silêncio, um ataque não apenas ao defensor assassinado, mas a um grupo social mais amplo. É uma mensagem para desmobilizar a luta por direitos e é um ataque aos direitos humanos como um todo.”, pontua Jurema Werneck, diretora-executiva da Anistia Internacional.